

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A OBRIGATORIEDADE DO CURRÍCULO

GOMES, Magali¹
PINHEIRO, Jeferson Rodigo Vallau²
PINHEIRO, Simone Avila³

Resumo

O presente artigo traz uma discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas de ensino regular. Entender como se apresentam as propostas curriculares para a inclusão efetiva desses alunos nas escolas é um dos objetivos desse artigo. A importância da família no auxílio ao professor, na busca do êxito da inclusão e sobretudo da aprendizagem dos alunos. A capacidade da escola constituir uma rede coerente e sólida de profissionais na construção do currículo para os alunos com necessidades educacionais especiais é fundamental e necessária para a inclusão. Neste recorte a intenção também é entender um pouco melhor a constituição do currículo para os alunos com necessidades educacionais especiais, sua formação e sua aplicabilidade. Além, de discorrermos sobre as leis que favorecem a inclusão nas escolas e como os professores estão preparados para que isso aconteça de fato. Para tanto, optou-se por uma pesquisa qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica. O sucesso da inclusão não deve ser visto como apenas um esforço em contemplar o currículo escolar, e sim agir no conjunto de fatores que regem a escola e a fazem funcionar. Qualificar as aprendizagens e atender as necessidades dos alunos é fundamental, assim como, qualificar e atender as necessidades dos professores para atender estes alunos, o que requer formação e formação continuada.

Palavras chave: Currículo. Educação. Inclusão. Formação

Abstract

This article presents a discussion about the inclusion of students with special educational needs in regular schools. Understanding how the curricular proposals for the effective inclusion of these students in schools are presented is one of the objectives of this article.

¹ Graduada em Pedagogia Séries Iniciais e Educação Infantil (UNIJUI). Pós – graduada em Educação Especial (UNINTER). magalipin@hotmail.com

² Graduado em Educação Física, Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. jefersonpinheiro.edf@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia Séries Iniciais e Educação Infantil (UNIJUI). Pós-graduada em Gestão Escolar (UNOPAR). simo_avila@hotmail.com

The importance of the family in helping the teacher, in the search for success of inclusion and, above all, in student learning. The school's ability to build a coherent and solid network of professionals in curriculum building for students with special educational needs is critical and necessary for inclusion. In this clipping the intention is also to understand a little better the constitution of the curriculum for students with special educational needs, their training and their applicability. In addition, we discuss the laws that favor inclusion in schools and how teachers are prepared for this to happen. For that, a qualitative research was chosen, using bibliographical research. The success of inclusion should not be seen as merely an effort to contemplate the school curriculum, but to act on the set of factors that govern the school and make it work. Qualifying the learning and attending to the needs of the students is fundamental, as well as, qualifying and attending the needs of the teachers to attend these students, which requires training and continued training.

Keywords: Curriculum. Education. Inclusion. Formation

1 INTRODUÇÃO

A educação de qualidade para todos sempre foi uma preocupação mundial, embora ainda não receba a atenção que de fato mereça. Mesmo assim, vem evoluindo de forma a dar contribuições importantes e fundamentais a quem se dedica para vê-la no topo das políticas públicas e nas ações governamentais.

As políticas públicas em educação são importantes nas mudanças e intervenções teórico/práticas a respeito da educação como um todo e mais ainda quando se trata da educação inclusiva. Esta que começou a se efetivar de fato, a partir do momento em que a lei passou a ser praticada, quando houve o surgimento do direito à educação de qualidade a todos, o que representou uma conquista importante na vida das minorias desassistidas. As leis passaram a garantir um direito inalienável do indivíduo se constituir em um cidadão, segundo as suas necessidades educacionais especiais e assim chegar a ser um sujeito autônomo, naquilo que lhe for possível fazer por suas próprias capacidades, sendo tudo isso proporcionado por uma educação digna e de qualidade. De não somente frequentar a escola regular, mas de aprender na escola de ensino regular.

As leis, sem dúvida são fatores de suma importância para o início de uma conquista que está longe de acabar, pelo contrário, está só começando do ponto de vista educacional. O Ministério da Educação (MEC), já elaborou um caminho para que os professores possam percorrer em busca de uma educação inclusiva de qualidade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que

descreve as contribuições históricas, as conquistas e as preocupações do país com a educação especial. Além, de apresentar expectativas e normativas para a educação inclusiva brasileira.

Percorrer alguns caminhos da educação especial é fundamental para a compreensão de fatores que contribuíram ou que ainda contribuem para o alargamento do conceito de educação inclusiva. A própria nomenclatura, que foi mudada e revista muitas vezes, e que ainda hoje abre ou encerra uma discussão, já há algum tempo discrimina ou coloca o indivíduo com necessidades educacionais em evidência.

Por um longo tempo, pensou-se que a integração era o melhor a se fazer pelos alunos com necessidades educacionais especiais na escola. Hoje, sabe-se que este caminho está longe de contemplar o indivíduo como um todo, e abrir aprendizagens que vão além do simples contato com os outros. Na atualidade busca-se a substituição do conceito de integração pelo da inclusão, pois este vem favorecer áreas mais complexas e importantes em relação às aprendizagens e o convívio na escola de ensino regular. A pergunta que se busca responder é como fazer esta inclusão se tornar efetiva? Pergunta esta que nos faz refletir e nos deixa frente a uma grande incógnita, para quem pensa educação, e aí se destacam os professores, fica o desafio.

A educação, sobretudo, a educação especial, não se reflete a colocar no Projeto Político Pedagógico da escola, tão pouco no Currículo, as ações a serem trabalhadas em sala de aula, sem dúvida é um passo importante na contemplação da educação que queremos, porém é preciso mais, é preciso fazer acontecer estas descrições e, é aí que está o verdadeiro trabalho das instituições e dos professores. Os alunos da educação especial são como todos os outros, ou seja, diferentes um dos outros, o que torna a formulação dos currículos escolares ainda mais complexa. Segundo Minetto (2008), é preciso entender da singularidade de cada um, entender suas histórias, trabalhar em conjunto com as famílias e com as análises psicológicas dos indivíduos que ingressam na escola.

Passa pela formulação do currículo também a importância de selecionar conteúdos e objetivos que sejam capazes de estabelecer meios efetivos de aprendizagens e avaliação dos alunos com necessidades especiais. Para isto, é fundamental o reconhecimento que não é somente o currículo que fará as ações mudarem por si só, e sim, um conjunto de ações práticas sobre o fazer e o pensar sobre este fazer, que tornarão possíveis as mudanças necessárias e fundamentais na busca da educação inclusiva ideal.

Este estudo começa com o conhecimento de alguns termos, os primeiros passos sobre como foi denominado o indivíduo com necessidades especiais, as mudanças nos

termos, a forma de tratar os indivíduos considerados diferentes. O que a lei passou a garantir como direito das minorias, para a educação, o que mudou? O que foi feito nas instituições escolares para colaborar com as leis que garantem o direito a educação regular as pessoas com necessidades especiais.

Com as mudanças nas leis, nas formas de nomear alguns grupos, o currículo escolar também teve alterações, as alterações mais significativas foram as inclusões de conteúdos, formas de trabalho e mudanças de materiais didáticos, que representam uma conquista para todos as pessoas que pensam e trabalham em prol da educação no Brasil.

Por fim, é discutido a dificuldade docente em desenvolver aquilo que está estabelecido no papel. As leis que prevalecem sobre as práticas, as formas certas e erradas de fazer a inclusão, o jogo de tentativa e erro, mais comum do que parece, as incertezas e os despreparos dos professores. O que não podemos negligenciar é o "medo" que os professores têm de não dar conta de tanta tarefa em sala de aula, cuidar dos "normais" e daqueles que precisam de cuidados especiais, além de proporcionar a inclusão entre todos. Está aí o grande desafio do professor, ser criativo dinâmico e acima de tudo preparado.

2 A SINGULARIDADE DOS TERMOS

Por um longo tempo no Brasil marginalizamos nossas crianças, hoje chamadas, classificadas ou vistas pela escola e sociedade como seres humanos, crianças e jovens que necessitam de educação especial. O que de fato ganhamos com essa mudança histórica de formas de nomear ou classificar os diferentes de nós? É importante ressaltar que a primeira vinculação da pessoa hoje conhecida com necessidades educacionais especiais, foi com o campo médico, de onde partiu as primeiras intervenções para tratar com os diferentes ou pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para dar início à discussão sobre a inclusão na escola, mais especificamente a inclusão das necessidades educacionais no currículo, falaremos sobre a nomenclatura empregada para chamar os diferentes das pessoas consideradas normais. Por maior que sejam os esforços para encontrarmos formas de chamar as pessoas com necessidades educacionais especiais, não será possível arrancar totalmente dessas expressões os pré-conceitos que elas carregam de normalidade/anormalidade, pois esse binômio sempre vai haver, enquanto houver classificação aos diferentes dos considerados normais pela sociedade.

É sem dúvida importante ressaltar que a mudança dos termos traz uma classificação menos impactante ao reconhecermos as igualdades e as diferenças entre os seres humanos, mas ainda estabelece uma classificação preconceituosa frente aos indivíduos de uma mesma espécie.

Quando se pressupõe que a essência da pessoa é excepcional ou deficiente em relação a uma suposta essência normal, ou seja, que ela é boa ou má, capaz ou incapaz, a expressão remete diretamente ao **ser**. Aqui reside o possível equívoco: queremos saber o que a pessoa tem para saber o que ela é. (PAN, 2008, p. 32)

Classificar aos outros segundo um padrão de normalidade ou anormalidade, sempre trará atribuições de sentidos, cuja vinculação é inevitável a outras pessoas ou grupos, conseqüentemente assim, extraindo sua individualidade, dando-lhe um lugar diferente de “nós”. A classificação é histórica e estabelece um determinado padrão de indivíduo, classifica-o, não que essa prática é de todo equivocada, mas abre precedentes preconceituosos e classificatórios socialmente, pois o indivíduo passa primeiro pelo crivo da sociedade antes mesmo de chegar à escola.

Ressaltando o já citado, a mudança de nomenclatura suavizou o impacto nas outras expressões (excepcionais, deficiente, portadores de necessidades especiais) usadas para nomear os diferentes. E estabeleceu em lei a essas mudanças, dando à educação especial um novo paradigma, das práticas de saúde, inicialmente em programas separados, passando por uma educação integrada, até chegar à inclusão (Pan, 2008).

2.1 A OBRIGATORIEDADE DA LEI

A educação especial sem dúvida está avançando no Brasil, o avanço vem se dando em dois termos, nos termos da lei e nos termos sociais, ou seja, como a escola realmente faz acontecer à inclusão, como a sociedade inclui as pessoas com necessidades educacionais especiais. Quando “caem” os muros da escola para uma criança que passa um longo período sendo atendida e educada nesse lugar, que se prepara a todo o momento se adequando as suas necessidades, o que esta criança pode esperar da sociedade? Esta é uma pergunta que não pode ser explicada de forma prática e simples.

Na forma teórica de realizar a inclusão, podem ser citadas algumas leis que garantem um atendimento mais humano para as pessoas com necessidades especiais. No Brasil a preocupação com a educação de crianças com necessidades especiais remonta aos séculos XVIII E XIX, desde a primeira Constituição Brasileira em 1824, os direitos

das pessoas com deficiência estavam previstos em lei, Silva (2010). O que mesmo naquela época não garantia o atendimento de qualidade as pessoas que necessitavam dele, pelo contrário, segregava e excluía das demais pessoas consideradas normais, sendo que isso acontece ainda nos dias atuais, uma vez que, a escola se volta fortemente para o mundo da produção capitalista, do trabalho.

A partir das preocupações em relação aos direitos dos especiais, surgiram novas discussões a níveis mundiais, Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e nacionais, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, que foi considerada por alguns estudiosos, o marco para que se iniciassem as ações oficiais na área da educação especial no Brasil (MAZZOTA, 2010) e mais tarde a Constituição Federal 1988.

Ainda a nível internacional, através da Conferência de Jomtien sobre Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994, foi favorecida a ampliação e o surgimento de uma nova lei nacional, que trata da educação especial de forma mais abrangente, a nova lei nacional revogou a Lei nº 4.024/1961 pela atual Lei nº 9.394/96, que garante o ensino de qualidade para todos de forma não discriminativa, sendo incluídas descrições que favorecem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular, ampliando o que já constava nas leis anteriores.

O Brasil está desenvolvendo mecanismos consistentes de inclusão, mesmo que seja nas leis, o que lentamente reflete na organização da escola regular e da sociedade quanto a real inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais. A Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e, sobretudo, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/2001), colocam o país, principalmente na América Latina, como pioneiro na organização e aplicação de práticas que norteiam a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Os alunos estão agora, diferentes de tempos anteriores, favorecidos pelas leis, o que lhes abrem as portas da escola de ensino regular. Porém, a garantia do acesso às salas de aula para os alunos com necessidades educacionais especiais, ultrapassa essa garantia das leis, uma vez que, as salas de aula do ensino regular ainda não proporcionam meios adequados para que estes estudantes alcancem o sucesso escolar, e conseqüentemente encontrem uma real inclusão na escola, e assim permaneçam nesta.

É importante ressaltar que embora o Brasil ainda não atingiu uma média aceitável de sucesso na inclusão escolar, sabemos que os rumos que o país está tomando, são rumos

consistentes e condizentes com uma educação mais humano e igualitária para todos. Além disso, as escolas ampliam seu papel de se tornar o lugar do convívio e da aprendizagem social para a vida, porque uma sociedade mais igualitária precisa emergir de conceitos mais humanos, pois as pessoas com necessidades educacionais especiais, não pertencem tão somente à escola, pertencem à sociedade e, é assim que precisam ser tratadas na escola e fora dela.

O currículo escolar tem um papel fundamental nesta busca, ele precisa ser à base das orientações para o ensino e aprendizagem do aluno. O currículo por muitos anos não incluiu as adaptações necessárias para o sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular, o que contribuiu para o abandono escolar. Hoje a realidade é outra e a obrigatoriedade da flexibilização do currículo escolar parece favorecer os alunos com necessidades educacionais especiais e contribuir para a inclusão de todos na escola. É desta flexibilização no currículo e de suas implicações para a inclusão escolar que o próximo capítulo refletirá.

2.2 O CURRÍCULO E A INCLUSÃO NA ESCOLA

O discurso da inclusão está na contramão do discurso da integração, o qual era difundido na década de 1970 (SILVA, 2010). O discurso da inclusão para ter sucesso depende de uma mudança ou implementação de diretrizes e bases para se trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais no currículo. O segundo, não necessita de uma mudança no currículo para ser efetuado, pois a integração exige apenas o convívio entre todos os alunos na escola.

A integração sendo difundida como meio de encontrar uma forma de não discriminar as pessoas com necessidades educacionais especiais na escola, deixa obscura a parte mais importante do processo, o de ensino aprendizagem, uma vez que não leva em consideração os meios para que o aluno possa aprender e sim somente os fins (a socialização é o foco, não a flexibilidade do currículo). A educação vista tão somente como integração desqualifica a aprendizagem do aluno, e os mantém num nível de padrão que, embora, com algumas ressalvas, como a procura de justificar o “erro” do aluno especial nas formas de avaliação, ainda assim, não tem o poder de internalizar no aluno especial as formas de aprendizagens que partem ou deveriam partir da inclusão de todos na escola, e da flexibilidade do currículo.

Obviamente, não se pode negar que a integração na escola regular de alunos com deficiência trouxe benefícios para esses, como o simples e ao mesmo tempo complexo relacionamento com colegas da mesma idade e professores, que na maioria dos casos, tratando-se de escolas regulares, ainda não tinham o pleno desenvolvimento intelectual para trabalhar com estas crianças. Neste período os diferentes serviços para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular eram mantidos, sendo escolhido o melhor serviço educacional para o aluno, segundo suas necessidades.

Partindo desta proposta e de suas evoluções, é que passamos a buscar através de lutas sociais e políticas a verdadeira participação de todos na educação, e desta forma foi possível à qualificação do ensino no Brasil. O momento que o país atravessa é importante e histórico, pois busca reconhecer os direitos das minorias, que após muitos anos na marginalidade de políticas públicas adequadas e incentivadoras ganha força, sobretudo, na educação. O momento e o movimento de uma educação qualificada para todos nos leva para o entendimento do conceito da inclusão.

A escola passa agora a ser o foco de uma educação mais qualificada e que atenda as necessidades de todos. A escola independentemente das características dos alunos deve se adaptar, incluindo e adotando o princípio da educação inclusiva, respeitando as especificidades de cada aluno. Isso inclui a capacitação de professores, serviços externos de apoio e a organização material. Segundo Mendes (2010, p. 96), a inclusão escolar constitui-se como:

Uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado “inclusão social”, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.

A política de educação especial no Brasil na perspectiva da educação inclusiva, segundo Silva (2010, p. 123) “determina como papel da educação especial promover, de maneira articulada com o ensino regular, o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades” O currículo é o documento da escola e precisa estar de acordo com as propostas curriculares nacionais e com as peculiaridades da localidade onde a escola está inserida.

Para que o currículo englobe o máximo de informações e orientações, é necessário ter a consciência da pluralidade do alunado e das relações que acontecem no contexto

escolar, assim segundo Minetto (2008 p.29) “o currículo torna-se a base para a estruturação de situações de inclusão e exclusão que começam na sala de aula”. O currículo implica planejamento, todas as partes interessadas na aprendizagem do aluno devem contribuir, pois a interdisciplinaridade não se faz sem participação e, acima de tudo sem intersubjetividade.

O Currículo, segundo Minetto (2008) carrega marcas da cultura onde foi elaborado, assim as partes que estão cientificamente descritas nele juntam-se com as vivências experienciadas ao longo do tempo pelos alunos. Observar estas relações é imprescindível para o sucesso do currículo na escola. São estes pontos no momento de elaborar o currículo que o tornam complexo, uma vez que, o que ensinar e como ensinar passa por questões que extrapolam o conhecimento técnico.

2.3 A DIFICULDADE DOCENTE EM DESENVOLVER A INCLUSÃO

Sem dúvida estamos diante de um paradigma, o professor está ou não preparado para atuar em sala de aula com os alunos especiais? O que pode ser dito, é que esta realidade começa a ganhar forças à medida em que o universo educacional toma conhecimento que precisa fazer mais pelas crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. A educação que se apresenta no Brasil, mesmo longe de ser o ideal, ganha forma e importância mais objetiva para o ensino, sobretudo na formação e na formação continuada de novos docentes.

A prática pedagógica implica desenvolvimento de teoria, porém, é na prática que se constitui e se contempla de fato as diversas mudanças no cotidiano da sala de aula. O professor precisa estar preparado para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, porém, isso não significará sucesso absoluto em suas práticas educativas. A docência passa pelo entendimento de que cada educando possui a sua singularidade e que mesmo sendo os conteúdos uniformes em sua elaboração, os métodos didáticos para se estudar estes conteúdos poderão ser variados e de formas distintas.

O atendimento dado pelo professor à criança ou jovem com necessidade educacional especial, passa pela compreensão de quem é esse sujeito, como ele chegou ali, e qual a bagagem que ele carrega, tanto de sucesso, quanto de fracasso. O professor que se depara com uma situação, quase sempre inusitada, principalmente em escolas das

redes estaduais e municipais de ensino regular que recebem crianças com necessidades educacionais especiais, precisará de apoio pedagógico especializado. Pois, não é nem um crime afirmar que boa parte dos professores destas redes, não estão a priori preparados para trabalhar com esses alunos, ou segundo Minetto (2008), não se sentem preparados para isso.

É preciso entender que não é somente o professor o responsável para que a inclusão venha de fato acontecer. As escolas também precisam se organizar, abrir suas portas e acolher toda diversidade que se apresenta na comunidade, precisa entender que as adaptações devem ser por parte de todos. Segundo Minetto (2008, p.48), "acreditar que somente o professor está despreparado seria muito simplista. Muitas escolas precisam urgente rever suas concepções filosóficas, procedimentos de ensino e organização com a participação de todos". A família é parte integrante fundamental e necessária para o sucesso da educação e do currículo, que deseja estar voltado para a qualificação do ensino especial na escola de ensino regular.

Para conquistarmos a educação inclusiva é preciso ter um engajamento de todos os profissionais que pensam e trabalham com educação. O professor não é o único responsável por lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, Minetto (2008, p.61) afirma que,

Ao identificar que um aluno tem necessidades educacionais especiais, a escola (diretores, orientadores e professores) deve organizar uma rede de apoio eficiente, incluindo a família. Isso engloba buscar assessoria técnica de especialistas de diferentes áreas sempre que necessário, sendo que, em alguns casos, essa assistência precise ser contínua; promover reuniões com a família e grupos de estudo; priorizar a participação e o envolvimento dos pais e demais profissionais [...].

Há um significado importante em saber que o professor, ainda que não esteja preparado para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais, está fazendo o que está ao seu alcance para atingir a inclusão na escola. Segundo Minetto (2008, p.47) "a formação do professor em muitas situações não acompanha as exigências de sua prática".

Ajustar a escola com acessibilidade, organizar os currículos, tudo isso faz parte da educação inclusiva, cada questão dessas tem sua importância dentro da busca pela inclusão. Contudo, o mais importante é capacitar o professor para o exercer de suas funções, qualificá-lo, na tentativa de diminuir suas inseguranças e descrenças no ensino dos alunos com necessidades educacionais especiais. Afinal quem faz o currículo escolar,

quem escolhe os métodos de ensino, quem se envolve corpo a corpo com os alunos, quem passa a maior parte de tempo com este aluno na escola, se não são os professores.

Mais do que nunca é preciso ter conhecimento do que é inclusão e acima de tudo vontade de mudar, incluir e melhorar faz parte de um processo que esta começando, e que de cômodo não tem nada. Passa pelo conjunto da educação a responsabilidade da construção de uma qualidade melhor para a educação. Incluir com qualidade é o foco da escola já faz algum tempo, tentativa e erro já foram a base dessa educação, que por muitas vezes se demonstrou frustrada, assim como outrora a socialização apresentada como solução. Os professores estão dispostos a contribuir com a inclusão, é visto que só vontade não basta, então a classe busca com formação e reciclagem meios educacionais de qualificar uma educação que por vários fatores é vista em ampla mudança, onde se busca constantemente a quebra de paradigmas que perpassam o nosso tempo.

2.4 METODOLOGIA

Optou-se neste artigo pela pesquisa bibliográfica, sendo que para Gil (1999, p. 65), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O autor destaca que a principal vantagem deste tipo de pesquisa “reside no fato de permitir ao investigado a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (p. 65).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma busca constante pela qualificação da educação. Isso faz com que a educação que queremos esteja se aproximando da que estamos trabalhando, assim, pode-se dizer, pelo aumento do número de publicações em relação à educação especial, que embora ainda estejamos longe de uma educação efetiva e de sucesso para todos, é possível a qualificação da educação oferecida nos dias atuais. O que sem dúvida não é fácil, e nem pouco trabalhosa.

As políticas públicas que se instalaram no Brasil, e que se voltaram para a educação especial, também contribuíram e muito com a igualdade de possibilidades a todos. Sabemos que assegurar somente os direitos não basta, é preciso que se efetive uma educação de qualidade a todos. Colocar as crianças com necessidades educacionais

especiais na escola de ensino regular apenas, sem reconhecer a elas legitimidade em seus direitos não é uma ação digna de uma educação de qualidade e não mudará em nada da forma excludente de tratamento que se apresenta fora dela.

A formação de professores e a participação da família na efetiva prática da educação com os alunos especiais é significativa e importante na aprendizagem dos alunos. Os estudos voltados para a área da educação especial na educação básica demonstram que o contexto onde o aluno está inserido precisa ser de riquezas, não que o contexto todo da educação não deva ser assim, porém a educação especial requer a abrangência de uma rede maior de acessória ao alunado especial.

Por fim, é necessário que se continue avançando com as contribuições teórico/práticas para a educação, sobretudo, para a educação de qualidade. Os professores avançam com o conhecimento em como desenvolver e possibilitar a inclusão na escola, de forma árdua e conquistada. Conquistada sim, pois como citado a obrigatoriedade da lei não garante a inclusão, mesmo que tenha sido um passo importante na educação do país. O despreparo do professor frente ao desconhecido não deve ser discriminado e tão pouco desvalorizado, e sim pego como resposta ou pelo menos como meio de análise do que pode ser feito para contribuir em sua qualificação, qualificando assim também a educação.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 03 de Março 2016.

Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05 de Dezembro de 2015.

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em <http://www.dudh.org.br>. Acessado em 22 de Novembro de 2015.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em 10 de Março de 2016.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). [Lei Nº 13.105, de 16 de Março de 2015.](#) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acessado em 06 de Fevereiro de 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 04 de Dezembro de 2015.

GIL, Antonio.Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTA, Marcos José Silva. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. In: SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos.** Curitiba: Ibpx, 2010.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Curitiba - 2. ed.: Ibpx, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação. In: SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos.** Curitiba: Ibpx, 2010.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva.** Curitiba: Ibpx, 2008.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos.** Curitiba: Ibpx, 2010.